



**CATÓLICA**  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
E PSICOLOGIA

---

PORTO

# **Envolvimento Parental em Acolhimento Residencial: Estudo das Propriedades Psicométricas de um Questionário**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde -

*Bruna Filipa Pereira Rede*

Porto, outubro de 2023



CATÓLICA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
E PSICOLOGIA

---

PORTO

# **Envolvimento Parental em Acolhimento Residencial: Estudo das Propriedades Psicométricas de um Questionário**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde -

*Bruna Filipa Pereira Rede*

Trabalho efetuado sob a orientação de  
Professora Doutora Mariana Negrão

Porto, outubro de 2023

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer à Professora Doutora Mariana Negrão, por me desafiar nos momentos de desespero, por partilhar comigo conhecimentos que me foram bastante úteis e por estar sempre disponível para me auxiliar. A todos os professores da Faculdade de Educação e Psicologia que partilharam comigo as competências e as bases necessárias para ser uma boa profissional e poder aplicar no meu local de estágio e no futuro.

À minha psicóloga Ana e à minha terapeuta Fátima, por terem impulsionado e ajudado a criar alicerces que me permitiram ser mais resiliente e por serem um exemplo a seguir.

Às minhas amigas Carla e Leticia, pelo apoio, irmandade, cumplicidade, incentivos e por todos os bons momentos que passamos juntas ao longo deste percurso que finda.

Ao Fernando e ao Bruno por sempre estarem presentes com a sua força e amizade e por me incentivarem sempre a ser mais e melhor.

Agradeço aos meus pais, à Mariana, à minha tia Rosa e à minha avó, por todo o amor e dedicação, por todas as palavras de motivação e de carinho, pela ambição que me transmitiram e por acreditarem em mim e nos meus projetos, sempre. Sem vocês esta etapa não se tinha concluído com tanto sucesso pessoal e profissional.

Ao meu tio Zé e à minha tia Ângela por terem sido sempre bons conselheiros e por me incentivarem a correr atrás dos meus sonhos.

À família Francisco por sempre ter acreditado em mim, apoiado as minhas ambições e projetos e por me ter acolhido sempre como uma filha.

Ao André, o meu parceiro de vida que sempre foi o grande impulsionador dos meus sonhos, pelo apoio e estabilidade que sempre me transmitiu e pela felicidade que cultivava em todos os momentos.

<b>Índice</b>	
<b>Resumo</b> .....	<b>5</b>
<b>Abstrat</b> .....	<b>6</b>
<b>Glossário</b> .....	<b>7</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>8</b>
<b>Enquadramento teórico</b> .....	<b>9</b>
<b>Adversidades familiares</b> .....	<b>9</b>
<b>Acolhimento residencial como resposta na promoção e proteção de crianças/jovens</b> .....	<b>10</b>
<b>Envolvimento familiar em Acolhimento Residencial</b> .....	<b>12</b>
<b>Objetivos</b> .....	<b>14</b>
<b>Método</b> .....	<b>15</b>
<b>Participantes</b> .....	<b>15</b>
<b>Instrumentos</b> .....	<b>18</b>
<b>Procedimentos de recolha de dados</b> .....	<b>19</b>
<b>Procedimentos de tratamento de dados</b> .....	<b>20</b>
<b>Resultados e Discussão</b> .....	<b>20</b>
Análises exploratórias das propriedades psicométricas do questionário .....	20
Dados descritivos do envolvimento parental .....	22
Relação entre o envolvimento parental e as variáveis relativas aos pais .....	25
Relação entre o envolvimento parental e as variáveis relativas às crianças/jovens em acolhimento .....	27
Relação entre o envolvimento parental e as variáveis relativas às Casas de Acolhimento .....	27
<b>Conclusões</b> .....	<b>28</b>
<b>Referências bibliográficas</b> .....	<b>31</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>37</b>

## **Resumo**

O envolvimento parental tem-se mostrado um tópico relevante em todo o processo de acolhimento residencial, apesar de ser uma área crítica, visto que o contacto entre os técnicos e a família de origem é caracterizado por diversos obstáculos e tensões. A investigação deste envolvimento na perspetiva da família de origem, é algo pouco frequente na literatura.

O presente estudo explora as propriedades psicométricas do Questionário sobre Envolvimento Parental em Acolhimento Residencial (Alpert & Britner, 2009) e avalia o envolvimento parental em acolhimento residencial, analisando as relações entre este e variáveis sociodemográficas, e de acolhimento. O estudo conta com a participação de 111 pais com filhos em situação de acolhimento residencial.

Os resultados mostraram que a situação de emprego dos pais tem uma relação significativa com o envolvimento parental.

O instrumento utilizado é de extrema relevância para a área, visto que permite compreender a perceção da família de origem face a todo o processo de acolhimento residencial dos seus filhos e de que forma a relação com a equipa das CAR poderá ser facilitadora em todo o processo.

### **Palavras-chave**

Envolvimento parental, família de origem, acolhimento residencial

### **Abstrat**

Parental involvement has proved to be a relevant topic throughout the residential care process, although it is a critical area since the contact between the staff and the family of origin is characterized by various obstacles and tensions. Research into this involvement from the perspective of the family of origin is uncommon in the literature.

This study explores the psychometric properties of the questionnaire Measuring Parent Engagement in Foster Care (Alpert & Britner, 2009) and assesses parental involvement in residential care, analyzing the relationship between sociodemographic and foster care variables.

The study involved 111 parents with children in residential care.

The results showed that the parents' employment situation has a significant relationship with parental involvement.

The instrument used is extremely relevant to the field, as it allows us to understand the family of origin's perception of the whole process of residential care for their children and how the relationship with the CAR team can facilitate the whole process.

### **Keywords**

Parental involvement, family of origin, residential care

## **Glossário**

CAR: Casa de Acolhimento Residencial

AR: Acolhimento Residencial

C/J: Criança/Jovem

## Introdução

É no seio familiar que a criança experiencia pela primeira vez o afeto que procura nas figuras de vinculação permitindo-lhe criar a sua história individual que vai sendo gerada através da sua experiência, da satisfação das suas necessidades que são essenciais ao seu desenvolvimento emocional, social, cognitivo e físico. No entanto, também é no seio familiar que, por razões complexas e que envolvem diversos fatores podem ocorrer situações de perigo, que podem levar ao afastamento da C/J do seu seio familiar (Simões, 2011). Existem vários acontecimentos que poderão colocar as C/J em perigo, sendo eles a negligência, maus-tratos psicológicos, violência sexual, maus-tratos físico e outros, como o abandono e a ausência temporária de suporte familiar. (ISS, I.P., 2023).

Não é permitido que uma criança se mantenha no seio familiar quando este se constitui como um perigo, seja ele para a sua segurança, educação, desenvolvimento, saúde ou formação (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo 147/99, de 1 de Setembro). A medida de AR é uma medida temporária e tem como objetivo proteger a C/J (Bass, Shields & Behrman, 2004), mas perspetivando, sempre que possível a reunificação familiar.

Portanto, é também através do envolvimento das famílias com as CAR, e da sua cooperação com outras entidades que é possível empoderar as mesmas, desenvolvendo competências nos pais para que assumam o seu papel parental com qualidade facilitando a sua relação com o/a seu/sua filho(a) (Balsells et al., 2015; Osterling & Han, 2011).

Assim, o envolvimento familiar no AR exerce uma importância significativa para as C/J que se encontram acolhidas (Whittaker, 1979; Williamson e Gray, 2011). Este envolvimento está também ligado a uma satisfação superior das C/J com o AR (Bar-Nir e Schmid, 1998; Palareti e Berti, 2010; Smith et al. 2004).

A investigação aponta para que, se os pais se sentirem empoderados, respeitados, suportados e compreendidos pelos profissionais das CAR, tendem a envolver-se mais com todo o processo de acolhimento (Alpert e Britner, 2009).

Neste enquadramento da importância do envolvimento parental em AR, e dada a escassez de literatura publicada sobre o tema, é importante compreender o papel da família nos contextos de AR, e estudar a perspetiva da família de origem acerca da qualidade de relação com os técnicos e das práticas centradas na família em contexto de AR, uma vez existe uma carência da perspetiva destes protagonistas.

## **Enquadramento teórico**

### **Adversidades familiares**

A família é a principal fonte de cuidado de uma C/J. Porém, muitas vezes estas vêm-se enfrentadas por múltiplos desafios, que podem levar a uma dificuldade de responder de forma adequada, mostrando maiores dificuldades em proporcionar um desenvolvimento normativo e adequado aos seus filhos (Magalhães, Silva & Almeida, 2016). Segundo o modelo bioecológico de Bronfenbrenner & Morris (1998) o funcionamento familiar é influenciado pelos recursos pessoais, pelas características da C/J e pelas suas fontes de apoio ou de stress.

Na interceção destes fatores, podemos encontrar famílias que apresentam diversos desafios e vivenciam necessidades que acabam por desencadear circunstâncias de caos e stress, estas podem ser definidas como famílias multidesafiadas (Muñoz & Haz, 2007). Estas famílias possuem um nível socioeconómico baixo ou dificuldades em gerir os seus recursos económicos, sendo marginalizadas socialmente ou tendo problemas ao nível da toxicodependência, alcoolismo, negligência, abandono, maus-tratos e uma baixa autoestima (Alarcão, 2006). As famílias multidesafiadas ao longo do tempo têm vindo a ser definidas de várias formas diferentes, de acordo com pontos de vista diferentes. Inicialmente eram definidas como famílias multiproblemáticas (Cancrini e col. 1997; Alarcão, 2002), que evidenciavam problemas a nível comportamental por vários membros concomitantemente; famílias multiassistidas (Linares, 1997) que recebem apoio nas mais diversas formas; e por fim, numa abordagem mais atual como famílias multidesafiadas, que são aquelas que demonstram múltiplas necessidades de mudança causados pelo acumular de desafios (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007). A literatura revela que existe um papel secundário no que toca ao sintoma familiar face aos sintomas individuais tendendo para a desorganização e para o caos, distinguindo-se ao nível relacional pela existência de vários problemas que afetam os membros do sistema familiar (Linares, 1997; Sousa, 2005). Estas famílias têm vindo a ser descritas como caóticas e disfuncionais (Sousa, Ribeiro & Rodrigues, 2006).

De acordo com Ceconello e Koller (2003) olhando para estas famílias é possível perceber o quanto as condições de risco podem interferir no seu desenvolvimento. A falta de segurança física, a carência de recursos financeiros, baixo nível de escolaridade da família ou a presença de crimes como tráfico, assaltos ou roubos acabam por delimitar oportunidades de desenvolvimento, o que não só afeta os membros da família, mas principalmente as C/J que a elas pertencem. Não raras vezes a responsividade dos pais face às necessidades dos seus filhos pode ser afetada por causa do baixo nível de escolaridade que possuem que acaba por impactar o desenvolvimento de competências (Ceconello & Koller, 2003). Assim, segundo Magalhães

et al. (2016), as incapacidades que estas famílias possuem na resposta adequada aos problemas que acontecem no contexto familiar, pessoal e social colocam em causa o funcionamento correto do sistema familiar e acabam por colocar as C/J em perigo. Esta dificuldade de responder aos problemas de forma adequada e adaptativa relaciona-se com a incapacidade familiar em resolver problemas, nascendo aqui a necessidade de reforçar competências pessoais, sociais e principalmente familiares nos pais destas C/J (Magalhães et al., 2016).

### **Acolhimento residencial como resposta na promoção e proteção de crianças/jovens**

O AR é uma medida de promoção e proteção dos direitos da C/J que visa colocar a mesma aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento permanente, bem como de uma equipa técnica que garanta os cuidados adequados às suas necessidades e proporcione condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (art.º 49 LCPCJ com redação dada pela Lei 142/2015). O AR não funciona como um projeto de vida, mas como uma situação temporária até que, em tempo útil sejam criadas as condições necessárias para a C/J volte a viver com a sua família ou efetivar um outro projeto de vida permanente. As medidas de promoção e proteção são temporárias e pensadas apenas para situações em que, depois de a C/J passar por uma situação que a coloca em perigo possa ultrapassar o período de dificuldade e regressar para junto da sua família. Estima-se que em Portugal no ano de 2022 se encontravam acolhidas 8597 C/J, sendo que destas 8597, cerca de 2250 cessaram residência em CAR nesse ano (ISS, I.P., 2023). Os dados indicam que 52% das crianças que se encontram em AR são do sexo masculino e existe uma maior representatividade das idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos (32%). Atualmente, a maior parte das crianças que estão em situação de AR têm um projeto de vida definido (93.7%), porém, ao nível da “(re)integração na família nuclear” existe apenas uma prevalência de 40% (ISS, I.P., 2023). No que toca às características particulares de crianças acolhidas existe uma maior prevalência nos problemas de comportamento na faixa etária dos 15 aos 17 anos (48%), sendo que se repartem entre comportamentos graves, médios e ligeiros variando entre roubos com confrontação, atividade sexual forçada, pequenos furtos e agressões físicas, desrespeito pelas regras, breves fugas e mentir e intimidar com frequência. Outras características passam por problemas de saúde mental, deficiência mental e física, doença física, debilidade mental, suspeita de prostituição, consumo esporádico de estupefacientes, entre outras (ISS, I.P., 2023).

Em Portugal o AR é visto como uma situação transitória, ou seja, uma oportunidade de intervenção com a C/J e com a sua família, tendo em vista o regresso ao contexto familiar ou a capacitação do jovem para viver autonomamente (ISS, I.P., 2023).

Em média, as C/J permanecem acolhidos cerca 3,3 anos (ISS, I.P., 2023). Em todos os casos, as instalações das CAR deverão ir de encontro àquelas que caracterizam um ambiente acolhedor e familiar para as C/J (Del Valle & Zurita, 2000). Quando as C/J se encontram acolhidas, a CAR passa a ser o seu contexto de desenvolvimento, influenciando o seu crescimento, e por isso as CAR deverão ser a base do desenvolvimento emocional, intelectual, cognitivo, motivacional, físico, de competências sociais e de autonomia, assim como a integração das C/J (Del Valle & Casas, 2002). As alterações que têm surgido em Portugal no contexto de AR visam dar um toque mais humano, dando mais importância às necessidades das C/J e um ambiente mais terapêutico e adequado individualmente (Rodrigues & Barbosa-Ducharne, 2017).

Cuidar destas C/J em perigo deve ser orientado por vários princípios, assim como a individualidade; o respeito pelos direitos não só da criança, mas também da sua família; a autonomia; a privacidade; a confidencialidade; assegurar as necessidades básicas da criança; dar importância à escolaridade e formação; segurança e proteção; disponibilizar os cuidados de saúde necessários; a preservação da intimidade de cada um; a igualdade; a participação; a promoção da integração da C/J na comunidade e posterior normalização da vida quotidiana; o trabalho conjunto com as famílias; mas também a existência de profissionais especializados para intervir terapêuticamente e na promoção de competências específicas tendo em vista as carências e os projetos de vida de cada uma das C/J. As C/J que se encontram em acolhimento exibem necessidades específicas que implicam atrasos no seu desenvolvimento (ISS, I.P., 2023), desta forma, o AR deverá cumprir uma função terapêutica na reparação dos traumas e danos emocionais, com foco na melhoria da capacidade de vinculação e de relacionamento interpessoal (ISS, I.P., 2023).

No passado, o AR mantinha o seu foco apenas e só na C/J, tendo como função principal a proteção desta (Martín et al., 2008). Noutros países o modelo acabou por evoluir para um modelo mais familiar, onde estas instituições reduziram o número de C/J em cada instituição, contratando profissionais especializados com quem podem criar uma ligação firme e um ambiente familiar afável e cómodo (Bravo & Valle, 2009), em Portugal este paradigma já começou a ser implementado, no entanto, necessita de ser aprimorado, melhorando a qualidade do AR através da adequação dos recursos e dos serviços às necessidades das C/J (Rodrigues & Barbosa-Ducharne, 2017).

Uma vantagem que este modelo mais próximo do modelo familiar traz é a capacidade de articulação com outros significativos, encarando a CAR como um objetivo para a capacitação e envolvimento da família. A permanência da C/J junto da sua família implica a

intervenção centrada na família, que sozinha não tem a capacidade de promover a proteção e a segurança da C/J. Esta intervenção deverá passar essencialmente pela promoção das competências familiares, envolvendo também a família na vida da C/J de modo a fortalecer a relação afetiva e promover competências de responsabilidade parental (Gomes, 2010).

### **Envolvimento familiar em Acolhimento Residencial**

O envolvimento da família no acolhimento dos seus filhos é muito importante, porque o afastamento entre a família e as C/J ameaça trazer efeitos negativos no desenvolvimento destas (Martín et al., 2008). Para além disso, a família de origem acaba por experimentar um sentimento de perda por perderem o seu papel paternal e em parte o contacto com os seus filhos (Schofield et al., 2011). Também este afastamento acaba por trazer perdas que podem colocar em causa a aceitação da medida de AR (Balsells et al., 2015), visto que a família de origem se sente muitas vezes estigmatizada, mal ouvida e mal informada nas decisões que são tomadas em relação aos seus filhos nos cuidados fora de casa (Höjer, 2009). O envolvimento das famílias é um preditor positivo da reunificação familiar e também um componente essencial no desenvolvimento da identidade destas C/J (Martín et al., 2008). Através deste envolvimento é possível empoderar os pais, para que estes assumam as suas responsabilidades, facilitando a sua relação com o/a seu/sua filho(a) (Balsells et al., 2015; Osterling & Han, 2011). Dentro do sistema de promoção e proteção, apesar de haver vantagens no envolvimento parental, há tendência para o técnico assumir o papel de especialista na qual a sua posição é dominante (Healy et al., 2012), ou inclusive decidir o que vai acontecer com a C/J pela família, em vez de com a família (Arbeiter & Toros, 2017). Assim, os profissionais assumem uma posição de poder relativamente à família, o que acaba por se constituir como uma barreira, pois o facto de não envolver a família despoleta por vezes falta de vontade, tempo insuficiente, a falta de confiança nos técnicos nas suas próprias competências (Arbeiter & Toros, 2017; Darlington et al., 2010). O contacto entre a família e o/a seu/sua filho/a permite a criação de uma relação familiar com o técnico, visto que o mesmo acaba por conhecer a dinâmica familiar que lhe irá permitir intervir de forma mais adequada, contribuindo para a RF (Balsells et al., 2015). O resultado do trabalho com os pais ser escasso e a carência da preparação de um ambiente familiar estável para (re)integrar a criança no seio familiar leva a que a família de origem tenha a sensação de que não é ouvida e de não ser levada a sério pelos técnicos (Balsells et al., 2015). Assim, é importante que os técnicos percebam qual é a intervenção mais apropriada para a família para que esta consiga atingir objetivos e melhorar a sua situação o mais rápido possível (Balsells et al., 2015). De acordo com Alpert & Britnet (2009), deve-se estabelecer uma relação de parceria

entre a família e os técnicos das CAR, baseando-se na partilha e no respeito, tendo por objetivos estabelecer um plano que promova o desenvolvimento de competências familiares. Parte-se então do princípio de que esta relação seja de colaboração, havendo suporte e mobilização de recursos para a família de origem obter resultados positivos na relação com o/a seu/sua filho/a (Dunst, 1995).

De acordo com o que acontece nos países vizinhos, um maior envolvimento da família com recurso a processos de empoderamento e resiliência (Liebenberg, 2020) pode diminuir o desenvolvimento de problemas graves de comportamento nas C/J que estão acolhidos (Biglan et al., 2004; Damen et al., 2019). No âmbito destas intervenções geradoras de envolvimento familiar estão frequentemente práticas centradas na família, que possuem duas componentes centrais, a relacional e a participativa (Dunst & Trivette, 1996). A relacional é constituída por práticas relacionadas com as competências clínicas, como a escuta ativa, o respeito, as crenças dos profissionais no que toca às competências familiares e a empatia. Já a componente participativa é composta pela flexibilidade, responsividade às necessidades familiares, individualidade, participação ativa das famílias nas decisões e escolhas e colaboração familiar e profissional (Dunst & Trivette, 1996). O objetivo é criar uma relação positiva entre os profissionais das CAR e as famílias de origem das C/J, visto que o estabelecimento desta relação está relacionado com a perceção que as famílias têm sobre a medida de acolhimento dos filhos (Arizmendi & Almeida, 2017).

Os alicerces das intervenções centradas na família são o reconhecimento da dignidade e do respeito para com as famílias, a partilha de informação com as mesmas de modo a serem tomadas decisões conjuntamente, escolhas em relação às práticas e às opções de intervenção, a colaboração com as famílias e escolha das mesmas acerca do seu envolvimento (Dunst, 2002;1995; Gentles-Gibbs, 2016). O objetivo é que seja criada uma relação baseada na partilha e no respeito mútuo para instituir um plano de desenvolvimento de competências da família tendo em vista as suas necessidades (Alpert & Britner, 2009).

Este envolvimento das famílias exige um processo interrelacional e interpessoal com os profissionais das CAR, devendo por isso ser criada uma relação de comunicação que tem como objetivo promover o trabalho conjunto (Altman, 2008). Além do mais, o envolvimento da família na decisão de múltiplas situações permite não só manter o contacto continuado com os seus filhos, como também manter uma relação significativa com os mesmos, contribuindo para a estabilidade cultural (Thompson & Thorpe, 2016), tudo isto ajuda a diminuir o risco de conflitos e promove a aquisição de aprendizagens e integração nas CAR (Martín et al., 2008).

Sabe-se que a distância física entre um programa de acolhimento e a família de uma C/J é um preditor muito forte da frequência com que o contacto familiar se realiza, sendo que distâncias maiores estão associadas com um contacto menor (Baker et al. 2007; Kruzich et al. 2003; Robst et al. 2013). Desta forma, o contacto com os pais e o seu envolvimento em todo o processo é de extrema importância para a C/J, tendo maior parte das famílias (cerca de 84%) manifestado que gostavam que os seus filhos fossem colocados em CAR mais perto de casa (Stage, 1998).

É, por isso, essencial perceber o papel da família nos contextos de acolhimento, visto que os pais deverão ser suportados pelos profissionais, sentindo-se respeitados, compreendidos e empoderados. Tudo isto irá promover o envolvimento dos pais em todo este processo, diminuindo o tempo de estadia dos filhos nas CAR (Landsman et al. 2001; Little et al. 2005), melhorando a satisfação dos filhos com o AR (Bar-Nir e Schmid, 1998; Palareti e Berti, 2010; Smith et al. 2004) e abrindo perspectivas de maior sucesso ao mesmo (Alpert & Britner, 2009). Estudos concluíram que um maior envolvimento parental está relacionado com as medidas de melhoria dos programas de acolhimento, assim como a uma melhoria comportamental e académica das C/J (Prentice-Dunn et al.1981).

Uma vez que os estudos em Portugal e internacionalmente são escassos e também os instrumentos que se dedicam a captar a perspectiva da família de origem (pai e mãe) torna-se importante perceber a sua perspectiva face à relação que estabelecem com os técnicos e ao envolvimento familiar experimentado na relação com a CAR.

## **Objetivos**

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de:

1. Analisar de forma exploratória as propriedades psicométricas do Questionário sobre o Envolvimento Parental em Acolhimento (Alpert & Britner, 2009; versão portuguesa, Ferreira, Negrão & Veiga, 2019).
2. Caracterizar o envolvimento parental em AR, bem como analisar as relações entre variáveis sociodemográficas de pais e crianças, variáveis de acolhimento e envolvimento parental.

## Método

### Participantes

Sobre a população em estudo foram aplicados critérios de inclusão e de exclusão. Relativamente aos critérios de inclusão, foram elegíveis para participar no estudo todas as mães e pais biológicos com filhos em situação de acolhimento. Foram excluídos todos os pais e mães biológicos menores de idade devido a implicar um consentimento informado por parte dos seus representantes legais para participarem no estudo.

Neste estudo participaram 111 pais e mães biológicos, uma maioria de mães (n=74), tendo os participantes idades compreendidas entre os 21 e os 66 anos, com uma média de 39.87 (DP=10.04). Relativamente ao nível de escolaridade, a maioria frequentou o ensino secundário (41,5%) sendo que uma minoria não tem qualquer escolaridade (2,7%). No que diz respeito ao estado civil, a maioria é solteiro (31,4%) e a minoria é viúva (3,8%).

### Tabela 1

Caracterização sociodemográfica dos pais e mães biológicos

<b>Idades</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
21-30	23	21,3
31-40	32	29,6
41-50	34	31,5
51-60	18	16,7
61-66	1	0,9
<b>Habilitações Literárias</b>		
Sem escolaridade	3	2,7
4º ano	10	9,0
6º ano	17	15,3
9º ano	21	18,9
Secundário	46	41,5
Licenciatura	2	1,8
Outros	12	10,8
<b>Estado civil</b>		

Casados	22	21,0
Divorciados	25	23,8
Solteiros	33	31,4
União de facto	21	20,0
Viúvos	4	3,8

Relativamente à situação atual de emprego a maioria encontra-se empregada (55%). A grande parte destes pais habita com o/a marido/esposa ou companheiro/a (60.4%).

A maioria das famílias tem 1 filho acolhido (29.7%), 27.9% tem 2 filhos, 19.8% tem 3 filhos, 17.1% tem 4 filhos, 3.6% tem 5 filhos e 0.9% tem 7 filhos acolhidos. A maioria dos pais respondeu que não teve contacto, no passado com outra CAR (n=75) e 34 destes pais biológicos já teve, no passado, contacto com outra CAR.

## Tabela 2

Caracterização da idade, em grupos etários, das crianças/jovens em acolhimento

Idades em grupos etários	N	%
0-5	50	34.01
6-11	38	25.85
12-14	27	18.37
15-17	18	12.24
18-20	9	6.12
>21	5	3.40

São no total 111 pais e mães biológicos a reportar um total de 147 C/J que se encontram acolhidas em 27 CAR, predominantemente no distrito do Porto.

No que concerne às características das C/J em AR, 69 são do sexo feminino e 75 do sexo masculino com idades compreendidas entre os 0 e os 24 anos. A idade média é de 9.08 anos (DP= 6.41).

Em relação ao tempo médio de acolhimento (em meses) das C/J o mesmo corresponde a 53.25 meses (DP= 42.82).

As crianças estão acolhidas em 23 CAR de norte a sul do país. Algumas das CAR participaram nos dois momentos do estudo e por isso são contabilizadas duas vezes, devido às alterações no ambiente relacional e organizacional.

Nestas CAR o número de elementos da equipa técnica varia entre os 2 e os 5 e a média é de 3.86 (DP=.85). No que concerne à equipa educativa o número de elementos varia entre os 5 e os 30 e a média é de 12.86 (DP=7.36). Em relação à equipa de apoio o número de elementos varia entre os 2 e os 5 e a média é de 4.79 (DP=.80). No que toca ao número de C/J acolhidos nas CAR varia entre os 9 e os 50.

**Tabela 3**

Caracterização das Casas de Acolhimento

<b>Casas de Acolhimento</b>	<b>Elementos Equipa Técnica</b>	<b>Elementos Equipa Educativa</b>	<b>Elementos Equipa Apoio</b>	<b>Número de crianças/jovens em acolhimento</b>
A001	3	12		15-30
A002	4	6		9-15
A002b	5	6	1	9-15
A003	4	6		15-30
A004	3	11		9-15
A004b	3	11	8	9-15
A005	3	5		9-15
A006	4	11		15-30
A006b	4	10	5	15-30
A007	3	9		9-15
A007b	3	9	4	9-15
A008	3	10		15-30
A009	2	6		9-15
A010	3	9		15-30
A011	4	11		9-15
A012	3	10		9-15
A013	5	30		31-50
A014	4	9		15-30
A015	5	9		31-50
A016	5	14	5	31-50
A017	6	10	9	15-30
A018	4	8	4	9-15
A019	9	12	7	31-50

A020	*	*	*	*
A021	3	7	2	9-15
A022	*	*	*	*
A023	*	*	*	*

\* Os dados são omissos visto que não foi possível obtê-los junto das CAR

\*b correspondem a CAR foram contabilizadas duas vezes, uma vez que responderam ao questionário em dois momentos e com diferentes realidades

## Instrumentos

O *Questionário Sociodemográfico* elaborado por Ferreira, Negrão e Veiga (2019) (Anexo II). Este instrumento tem como objetivo adquirir informações sobre as características das famílias de origem de crianças e jovens acolhidos pelas CAR. Assim, relativamente aos pais, coloca-se questões que concernem a idade, o sexo, o estado civil, a escolaridade, situação atual de emprego, número de filhos, com quem habitam, se já esteve em contacto com outras CAR. Pede-se ainda uma breve caracterização dos filhos que estão em acolhimento (sexo e idade) e o tempo, em meses, que o filho se encontra acolhido naquela CAR.

A *Ficha de Caracterização da Instituição (Ferreira, Negrão & Veiga, 2019)* (Anexo I). Este instrumento tem como objetivo perceber características sobre a CAR. As características englobam número de elementos da equipa (técnica, de apoio e educativa), o distrito em que se insere, as vagas disponíveis, número de crianças acolhidas atualmente, motivos de encaminhamento para AR e as idades prevalentes. Esta ficha foi preenchida pelo diretor técnico de cada uma das CAR.

O *Questionário sobre o Envolvimento Parental em Acolhimento Residencial (Alpert & Britner, 2009; versão portuguesa, Ferreira, Negrão & Veiga, 2019)* (Anexo III). Este instrumento tem o intuito de avaliar o envolvimento parental em contexto de AR. Tem origem nos Estados Unidos, tendo sido administrado a famílias biológicas cujos filhos estavam em contexto de AR. Um trabalho académico prévio dedicou-se à sua tradução e adaptação ao contexto português (Ferreira, 2019). É constituído por 22 itens, sendo que a resposta para cada item é dada através de uma escala de Likert de seis pontos (*1=Discordo totalmente; 2=Discordo bastante; 3=Discordo; 4=Concordo; 5=Concordo bastante; 6=Concordo totalmente*). O instrumento apresenta itens como: “Eu sinto-me próximo/a do meu filho que está acolhido.”, “Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho valorizam-me enquanto pessoa.”, e “Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho ajudam-me quando lhes peço ajuda.”. Os itens do questionário visam abordar a forma como os pais percecionam o seu

envolvimento e a sua relação com os técnicos responsáveis pelo acolhimento do(s) seu(s) filho(s). O questionário é preenchido em relação aos técnicos responsáveis de caso da CAR.

### **Procedimentos de recolha de dados**

Existiram dois momentos de recolha diferentes, tendo sido o primeiro no ano de 2019 antes da pandemia do COVID-19, que afetou as CAR nas suas rotinas e dinâmicas. E um segundo momento pós pandemia, entre março e junho de 2023.

Os três instrumentos foram transcritos para a plataforma Qualtrics, e foram realizadas algumas verificações para garantir o seu bom funcionamento e iniciar os contactos com as CAR. Estes contactos foram realizados via correio eletrónico, onde se explicava o estudo, os seus objetivos e pertinência, sendo pedido à direção técnica da CAR que respondesse a uma breve ficha de caracterização da CAR e que transmitisse a todas as famílias das crianças acolhidas um link que continha o consentimento informado, o *Questionário Sociodemográfico* e o *Questionário sobre o Envolvimento Parental em Acolhimento Residencial* (Alpert & Britner, 2009; versão portuguesa, Ferreira, Negrão & Veiga, 2019), também na plataforma Qualtrics.

Relativamente ao consentimento informado este apresentava uma descrição sucinta sobre o objetivo do estudo, sendo assegurado o anonimato e confidencialidade dos dados dos participantes, assim como o direito de desistência a qualquer momento (OPP, 2011). Ainda no consentimento informado era dado relevo à importância do estudo e ao facto de o questionário ser independente da Equipa Técnica, ou seja, que em momento algum a equipa teria acesso às respostas. Após duas semanas do envio dos emails às CAR, foi utilizada a estratégia de insistir e contactar via telefone com o intuito de compreender se a CAR tinha recebido o email, se o tinha compreendido e se tinha dúvidas que fosse possível responder e também solicitando à sensibilização dos pais para a participação no estudo. Após um mês e meio de primeiro email foi utilizada a estratégia de fazer novos contactos telefónicos às casas que se mostraram mais disponíveis para participar, relembrando o estudo e a aproximação da data de finalização da recolha de dados.

É importante referir que foram contactadas cerca de 88 CAR, do distrito Porto e de Lisboa, e apenas 23 responderam, não só ao questionário, como como colaboraram na sua divulgação junto das famílias de origem das crianças por si acolhidas.

## **Procedimentos de tratamento de dados**

Após a recolha dos dados, foi iniciada a introdução dos mesmos no programa SPSS versão 28. A base de dados utilizada pertencia ao estudo anterior e os novos dados foram aí introduzidos. Como existiram CAR a participarem nos dois momentos de recolha tendo, à data de cada recolha, situações diferentes quanto à composição das equipas e às crianças acolhidas, estas foram contabilizadas duas vezes.

Foi então realizada a estatística descritiva e seguidamente a estatística inferencial. Numa primeira fase, foram aplicados testes de estatística descritiva que incluem medidas de tendência central, como a média, desvio-padrão e frequências, para então melhor compreender as características dos pais, das C/J e das CAR. Foram também realizadas análises exploratórias das características psicométricas do questionário, bem como descritivas à escala de modo a percorrer todos os itens do questionário, assim como as suas respostas.

No que toca à estatística inferencial, foram realizados testes estatísticos de modo a compreender as correlações e diferenças entre as variáveis dos pais, das C/J e das CAR e o envolvimento parental. De forma a analisar as correlações entre as variáveis, tais como, a idade dos pais e o envolvimento parental, o número de filhos nesta CAR e o envolvimento parental, utilizaram-se coeficientes de correlação de Pearson. Para analisar as diferenças entre as variáveis, como por exemplo, a situação de emprego e o envolvimento parental, o sexo dos filhos e o envolvimento parental, realizaram-se testes T.

## **Resultados e Discussão**

### **Análises exploratórias das propriedades psicométricas do questionário**

O resultado de *KMO* ressalta a adequabilidade boa da amostra para a realização da Análise Fatorial Exploratória ao Questionário sobre o Envolvimento Parental em Acolhimento Residencial ( $KMO = .936$ ) e o teste da esfericidade de *Bartlett* indica que a matriz de correlações não é uma matriz de identidade, ou seja, as variáveis estão correlacionadas significativamente ( $\chi^2_{(231)} = 2605.379, p \leq .001$ ).

Traçada a Análise Fatorial Exploratória foi possível observar que a escala extraiu dois fatores, mas todos os itens carregavam o mesmo fator, ou seja, o Fator 1 que engloba os 22 itens do questionário, explicando 41.21% da variância explicada. Com o objetivo de obter uma confirmação desta realidade foi traçada a mesma análise pedindo especificamente a extração de 1 Fator que confirmou este cenário e apontou para uma variância explicada de 65.19%.

Para a análise da consistência interna utilizou-se o teste do  $\alpha$  de Cronbach, revelando um valor de .97, reforçando a sua fidelidade em relação à compreensão, à relevância e à aparência do Questionário sobre o Envolvimento Parental em Acolhimento Residencial.

#### **Tabela 4**

*Análise Fatorial Exploratória ao Questionário sobre o Envolvimento Parental em Acolhimento Residencial*

<b>Itens por fator</b>	<b>1</b>
Fator 1	
“Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho focam-se nos meus pontos fortes” (1)	.71
“Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho fazem-me sentir uma parte importante da equipa” (2)	.77
“Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho envolvem-me nas reuniões acerca do caso” (3)	.67
“Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho desenvolvem um plano baseado nos meus objetivos pessoais” (4)	.70
“Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho encorajam-me a partilhar o meu ponto de vista” (5)	.83
“Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho valorizam o conhecimento que tenho acerca dele” (6)	.82
“Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho valorizam-me enquanto pessoa” (7)	.80
“Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho importam-se com o seu possível regresso a casa” (8)	.74
“Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho estão disponíveis quando preciso deles” (9)	.88
“Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho ajudam-me quando lhes peço ajuda” (10)	.83
“Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho ajudam-me a estar, com frequência, com ele” (11)	.77
“Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho põem-me em contacto com os serviços que preciso” (12)	.83

“A minha opinião é tida em consideração na definição dos objetivos do caso do meu filho” (13)	.80
“Eu tenho controlo sobre o sucesso do processo de acolhimento residencial do meu filho” (14)	.71
“Eu sou envolvido/a nas decisões tomadas em relação ao caso do meu filho” (15)	.77
“Quando eu falo com os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho acerca da minha situação, sinto que eles me ouvem verdadeiramente” (16)	.87
“Eu sinto que a minha opinião é respeitada pelos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho” (17)	.88
“Eu sinto-me respeitado/a enquanto pai/mãe pelos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho” (18)	.87
“Eu confio nos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho” (19)	.77
“Eu tenho os apoios de que necessito para completar o meu plano com sucesso” (20)	.66
“Eu sinto-me próximo/a do meu filho que está acolhido” (21)	.72
“Eu posso contactar com os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho quando preciso de ajuda” (22)	.85
Percentagem de Variância	41.21
Alfa de Cronbach	.97

### **Dados descritivos do envolvimento parental**

Na Tabela 5 estão presentes os valores mínimos e máximos dos pontos da escala de resposta assinalados pelos participantes, os valores médios e os valores de desvio padrão de cada um dos itens do questionário.

#### **Tabela 5**

Estatística descritiva dos itens da escala “*Questionário sobre o Envolvimento Parental em Acolhimento Residencial*” (Alpert & Britner, 2009; versão portuguesa, Ferreira, Negrão & Veiga, 2019)

Item	Mínimo	Máximo	Média	DP
------	--------	--------	-------	----

1. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho focam-se nos meus pontos fortes.	1	6	4.13	1.20
2. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho fazem-me sentir uma parte importante da equipa.	1	6	4.33	1.11
3. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho envolvem-me nas reuniões acerca do caso.	1	6	4.26	1.31
4. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho desenvolvem um plano baseado nos meus objetivos pessoais.	1	6	4.10	1.21
5. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho encorajam-me a partilhar o meu ponto de vista.	1	6	4.30	1.16
6. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho valorizam o conhecimento que tenho acerca dele.	1	6	4.34	1.20
7. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho valorizam-me enquanto pessoa.	1	6	4.35	1.05
8. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho importam-se com o seu possível regresso a casa.	1	6	4.50	1.09
9. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho estão disponíveis quando preciso deles.	1	6	4.52	1.15
10. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho ajudam-me quando lhes peço ajuda.	1	6	4.46	1.14
11. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho ajudam-me a estar, com frequência, com ele.	1	6	4.58	1.20
12. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho põem-me em contacto com os serviços que preciso.	1	6	4.26	1.17
13. A minha opinião é tida em consideração na definição dos objetivos do caso do meu filho.	1	6	4.37	1.09
14. Eu tenho controlo sobre o sucesso do processo de acolhimento residencial do meu filho.	1	6	4.15	1.31
15. Eu sou envolvido/a nas decisões tomadas em relação ao caso do meu filho.	1	6	4.25	1.29

16. Quando eu falo com os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho acerca da minha situação, sinto que eles me ouvem verdadeiramente.	1	6	4.35	1.20
17. Eu sinto que a minha opinião é respeitada pelos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho.	1	6	4.39	1.18
18. Eu sinto-me respeitado/a enquanto pai/mãe pelos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho.	1	6	4.62	1.16
19. Eu confio nos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho.	1	6	4.40	1.29
20. Eu tenho os apoios de que necessito para completar o meu plano com sucesso.	1	6	4.24	1.19
21. Eu sinto-me próximo/a do meu filho que está acolhido.	1	6	4.69	1.22
22. Eu posso contactar com os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho quando preciso de ajuda.	1	6	4.68	1.21

É possível verificar que os valores obtidos são semelhantes entre si e são positivos, variando entre o 4.10 e o 4.69, que correspondem ao concordo e aproximam-se do concordo bastante, o que realça uma boa relação de cooperação entre a família de origem e os técnicos das CAR. Os valores médios mais baixos são 4.10 e 4.13 e que dizem respeito aos itens “Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho desenvolvem um plano baseado nos meus objetivos pessoais” e “Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho focam-se nos meus pontos fortes.”, respetivamente. Estes itens destacam a perceção dos pais face à não tão evidente consideração do seu ponto de vista e das suas características positivas por parte dos técnicos. Esta informação intensifica o que encontramos na literatura, que existe um foco maior por parte das CAR nas necessidades das C/J, acabando por descurar as necessidades e particularidades dos pais (Dumbrill, 2006). Estes valores poderão estar relacionados com a dificuldade que as CAR têm em se relacionarem com os pais, pelas ideias pré-concebidas que podem existir, que

dificultam a empatia e o envolvimento dos pais em todo o processo, o que influencia a perspectiva dos pais perante esta relação (Altman, 2008).

Os valores máximos médios foram 4.68 e 4.69, que correspondem aos itens “Eu sinto-me próximo/a do meu filho que está acolhido.” e “Eu posso contactar com os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho quando preciso de ajuda.”, respetivamente. Ambos os itens têm em comum o sentido do respeito e apoio de que estes pais se sentem alvo da proximidade da CAR no contacto com a C/J e a equipa. Estudos demonstram esta necessidade de criar uma boa relação com a família de origem, pois a existência de uma equipa com maior formação fornece uma resposta mais fundamentada não só às necessidades dos pais, mas também às necessidades das C/J, desta forma, é possível estabelecer uma relação mais positiva e um ambiente mais terapêutico e familiar (Rodrigues & Barbosa- Ducharne, 2017), empoderando e respeitando os pais e os seus filhos.

Os resultados vão de encontro aos resultados do estudo de Alpert e Britner (2009), onde é possível averiguar que em ambos os estudos os valores são positivos, não diferem muito entre si e têm uma validade forte. Os resultados remetem-nos para um maior sentido de envolvimento familiar e de uma diminuição do tempo de AR para a reunificação familiar.

O valor médio de todos os itens centra-se no valor 4.38, que corresponde a uma relação de concordância entre a opinião da família de origem com os itens da escala. Um estudo realizado por Dumbrill (2016) vem contrariar os resultados obtidos no presente estudo, mostrando que os pais se sentem incompreendidos por parte dos técnicos, o que poderá relacionar-se com o viés imposto pelos contactos realizados pelos técnicos à família de origem. Por outro lado, e em oposição ao referido, o mesmo estudo releva concordância com o presente na medida em que alguns pais revelaram que o trabalho dos técnicos tem impacto na proximidade e respeito que sentem e na ajuda que oferecem em todo o processo. Quando os pais estão presentes de forma ativa são vistos com outro olhar por parte dos técnicos, o que afeta como os mesmos se posicionam para com a família de origem. Isto realça a importância de existir uma relação de conexão mútua para um mesmo fim (Steene & Glazemaker, 2018). Estas ideias reforçam a importância do empoderamento da família e a sua influência em todo o processo (Gentles-Gibbs, 2016).

### **Relação entre o envolvimento parental e as variáveis relativas aos pais**

Em relação às variáveis dos pais, foram exploradas as dimensões da idade, do sexo, das habilitações literárias, do estado civil, da situação de emprego, do número de filhos, do número

de filhos acolhidos e do contacto no passado com outras Casas de Acolhimento. As variáveis idade, número de filhos e número de filhos acolhidos não revelaram correlações significativas com o envolvimento parental, variando entre  $r = -.07$  ( $p = .48$ ) e  $r = .02$  ( $p = .82$ ). As variáveis sexo, estado civil e habilitações literárias também não revelaram diferenças significativas com o envolvimento parental, tendo os resultados variado entre  $t = -1.02$  ( $p = .31$ ) e  $t = .86$  ( $p = .393$ ). As variáveis contacto e idades prevalentes dos filhos também não apresentaram diferenças significativas com o envolvimento parental, tendo os resultados variado entre  $t = -.84$  ( $p = .403$ ) e  $t = .98$  ( $p = .329$ ).

Apenas na variável situação de emprego foi possível obter resultados marginalmente significativos.

**Tabela 6**

*Situação de emprego dos pais*

	Desempregado (n=50)	Empregado (n=61)	
	Média (DP)	Média (DP)	t (109)
Envolvimento Parental	100.57 (21.03)	92.78 (20.44)	1.973 (p= .051)

Como vemos na tabela 6, existem diferenças marginalmente significativas entre os pais desempregados e empregados ao nível do envolvimento parental,  $t(109) = 1.973$ ,  $p = .051$ . Os pais desempregados demonstram maior envolvimento parental face aos pais que se encontram empregados. Este resultado pode estar relacionado com o facto de os pais que se encontram desempregados dispendam de maior tempo para estar presente na CAR, revelando maior disponibilidade a nível de horários. Esta questão vem contrariar o estudo anterior realizado por Ferreira (2019), que concluiu que os pais empregados demonstram maior envolvimento parental.

Em concordância ao estudo pioneiro (Alpert, 2009), a distância está negativamente relacionada com o envolvimento, sendo que pais que vivem mais longe das CAR sentem-se menos empoderados face aos que vivem mais perto, podendo estar relacionado com o facto de necessitarem de percorrer longas distâncias para ir de encontro aos seus filhos. Esta diferença pode ser explicada pela possível maior disponibilidade no que toca ao tempo, ou também pela proximidade da residência dos pais à CAR, tendo existido uma redução de crianças deslocalizadas (ISS, I.P., 2023). Estas são variáveis que deverão ser aprofundadas em estudos futuros, de modo a perceber quais as características que têm de facto impacto no envolvimento.

### **Relação entre o envolvimento parental e as variáveis relativas às crianças/jovens em acolhimento**

Em relação às variáveis das C/J foram exploradas a idade, o sexo e o tempo de acolhimento. As variáveis apresentaram uma correlação não significativa com o envolvimento parental em que os valores variam entre  $r = -.03$  ( $p = .735$ ) e  $r = .25$  ( $p = .59$ ).

Características como o suporte social reforçam a ideia de que o estabelecimento de relação entre pais e filhos não depende apenas das características dos filhos (Lugo-Gil & Tamis-LeMonda, 2008; Coleman & Karraker, 2004). No presente estudo não se observaram quaisquer relações entre o envolvimento parental e as características dos filhos, o que reforça o que foi mencionado anteriormente.

Estudos referem que ao longo do tempo de acolhimento, a colaboração com a família, os objetivos e os laços familiares vão ficando danificados (Arteaga & Valle, 2001), e por isso seria esperado existirem relações significativas entre o envolvimento parental e o tempo de acolhimento dos filhos, algo que não foi possível verificar.

### **Relação entre o envolvimento parental e as variáveis relativas às Casas de Acolhimento**

No que toca às variáveis das CAR explorou-se o número de crianças acolhidas, as idades prevalentes das crianças, o número de elementos de equipa técnica, equipa educativa e equipa de apoio e total de técnicos nas CAR. As variáveis estudadas não mostraram resultados significativos, variando entre  $r = -.190$  ( $p = .07$ ) e  $r = .010$  ( $p = .93$ ).

Seria de esperar que o número de elementos da equipa influenciasse o envolvimento parental, visto que, quantos mais elementos existirem, mais é possível estabelecer uma relação mais próxima das famílias (Rodrigues, Barbosa-Ducharne & Valle, 2013), aumentando o envolvimento das mesmas em todo o processo, tendo em conta as suas características e necessidades. Para além disso, permite estabelecer uma relação mais próxima com as C/J e das suas rotinas, valorizando os seus pontos fortes e capacidades (Rodrigues, 2018; Rodrigues & Barbosa-Ducharne, 2017).

O estudo pioneiro (Alpert, 2009) concluiu que a relação dos pais com os técnicos das CAR tende a piorar com o tempo, existindo um menor envolvimento à medida que o tempo passa, o que também pode ser indicado pelo facto de pais que sofrem de psicopatologia tendem a ter casos mais duradouros e por isso, o seu envolvimento é menor. Esta poderá ser uma abordagem a realizar em estudos futuros, de modo a averiguar se efetivamente, os resultados são mais significativos com pais que têm os seus filhos acolhidos há mais tempo do que aqueles que se encontram acolhidos num período mais curto.

## Conclusões

Este estudo tem duas principais valias: a) apresentar uma exploração das propriedades psicométricas do Questionário sobre o Envolvimento Parental em Acolhimento Residencial, habilitando este campo de investigação de uma ferramenta útil ao seu estudo; b) debruçar-se sobre a visão da família de origem no que toca ao seu envolvimento no processo de AR do(s) seu(s) filho(s), permitindo aos pais expressarem as suas perceções face a este mesmo envolvimento.

No que toca às propriedades psicométricas do instrumento destaca-se a confiabilidade de consistência interna bastante positiva.

No que diz respeito à avaliação do envolvimento parental o estudo aponta para um envolvimento positivo, que informa uma boa relação de cooperação entre a família de origem e os técnicos das CAR, relação esta centrada na família e de empoderamento e respeito.

Já no que diz respeito a variáveis que interferem com o envolvimento parental o presente estudo evidenciou a importância da situação de emprego dos pais, que parece ter impacto no processo de envolvimento parental. Relativamente às variáveis das C/J e das CAR, nenhuma variável apresentou uma relação significativa com o envolvimento parental. O facto de muitas das variáveis exploradas não terem mostrado resultados significativos – além de limitações que adiante serão apontadas – remete para a reflexão de que o envolvimento parental possa ir muito para além das características sociodemográficas e extrínsecas das famílias, pode estar intimamente ligado a variáveis psicológicas, como a motivação, empoderamento e até questões de saúde/doença mental, o que poderá influenciar a disponibilidade das famílias e a sua dedicação ao processo de AR dos seus filhos. Assim futura investigação deve acrescentar este tipo de variáveis em estudos acerca do construto do envolvimento parental.

No que toca a limitações, sinaliza-se a existência de dois momentos temporais na recolha de dados, uma fase pré e outra pós pandémica, que implicou muitas alterações/restrições na relação família-CAR. Este facto levantou limitações pelas diferenças ao nível dos procedimentos do estudo, que acabaram por limitar algumas análises. Outra limitação prende-se com o reduzido tamanho da amostra, adveniente da resistência dos contextos e das dificuldades de acesso à população. De facto, a maioria das CAR referiu que não iria participar no estudo pois, ou não tinham uma boa relação com as famílias ou era uma população difícil que padecia de necessidades cognitivas que influenciariam a resposta ao mesmo. O tema do presente estudo é um tema bastante sensível, visto que traz consigo o sentimento de retirada da C/J à sua família e conseqüentemente associa sentimentos negativos para com a CAR (Bass et al., 2004). Desta forma, surge uma outra limitação que se prende com a existência de um

possível viés no tipo de famílias participantes, visto que nos vários contactos telefónicos realizados com as CAR os técnicos referiam que iriam convidar os pais que no seu ponto de vista iriam estar mais predispostos na resposta ao questionário, imaginando que possam não o ter feito com os restantes. Porém, esta ideia robustece a forma como algumas CAR compreendem a relevância do envolvimento das famílias em todo o processo, tendo o cuidado de as envolver, empoderando-as, para que consigam responder de uma forma mais ajustada às especificidades dos seus filhos (Balsells et al., 2015; Osterling & Han, 2011).

Outra limitação é a resposta ao questionário ser online e à distância e sem a presença de um dos investigadores, que poderia auxiliar os pais a esclarecerem as suas dúvidas sobre os objetivos do estudo e sobre a compreensão dos itens para uma resposta mais adequada, visto que tipicamente estas famílias têm habilitações académicas reduzidas. A obrigatoriedade de serem apenas os pais a responder ao questionário, leva-nos a outra limitação, visto que uma grande parte das C/J em acolhimento têm como retaguarda familiar a família alargada, o que poderá ser alvo de exploração num futuro estudo.

Para aprofundar esta temática seria importante em estudos futuros abordar mais CAR, não só do distrito Porto como foi o caso, mas também de outras cidades, no fundo abranger o país inteiro, de forma a perceber se existem diferenças ao nível do envolvimento parental. Desta forma seria também possível estudar uma população mais numerosa e ter em conta opiniões e sentimentos mais diversificados face a todo este processo.

O fenómeno do envolvimento parental em AR é um tema que necessita de ser mais estudado e tendo em conta que, numa grande parte dos estudos a visão dos pais não é considerada, a exploração desta temática é uma força para este estudo. Sabe-se que o envolvimento familiar é um fator de extrema importância para a reunificação familiar e que este envolvimento é crucial para que as C/J se desenvolvam da melhor forma possível longe do trauma do abandono (Martín et al., 2008). Considero que seria pertinente aprofundar este tema para obter maior informação sobre o impacto do envolvimento dos pais no processo de acolhimento dos filhos. Como força do estudo também temos o facto de o mesmo envolver CAR diversificadas e que acolhem diferentes faixas etárias, uma vez que lidam com uma população que, por vezes é difícil de aceder.

Para um próximo estudo considero que seria pertinente compreender não só a perspetiva dos pais, mas também a perspetiva da família alargada das C/J que se encontram acolhidas. Visto que ao longo da recolha de dados foi visível que existiam relações de menor proximidade com algumas famílias, seria relevante perceber também a perspetiva dos técnicos face a este tema. Desta forma, com um público mais abrangente e triangulação de dados, seria mais bem

compreendido todo o fenómeno de envolvimento familiar, tendo em vista todas as diferentes perspetivas dos envolvidos no processo. Para além disso, e como já referido, seria importante incluir o estudo paralelo de características psicológicas dos pais, de forma a perceber se as mesmas influenciam o envolvimento parental e de que forma o fazem.

## Referências bibliográficas

- 2ª Série do Diário da República a 20 de Abril de 2011. Regulamento N° 258/2011.
- Alarcão, M., 2002. *(Des)equilíbrios Familiares*. Quarteto.
- Alpert, L. T., & Britner, P. A. (2009). Measuring Parent Engagement in Foster Care. *Social Work Research*, (pp. 135- 145).
- Altman, J. C. (2008). Engaging Families in Child Welfare Services: Worker Versus Client Perspectives. *Child Welfare League of America*, (pp. 41-61).
- Arbeiter, E., Toros, K. (2017). Participatory discourse: Engagement in the context of child protection assessment practices from the perspectives of child protection workers, parents and children. *Children and Youth Services Review* (pp. 17–27). <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2017.01.020>
- Arizmendi, J., & Almeida, A. T. de. (2017). Reunificação familiar e acolhimento residencial em Portugal-Norte: visões dos intervenientes. *Revista de Estudos e Investigación em Psicologia y Educación*, 5. <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.05.2371>
- Arteaga, A. B. & Valle, J. F. D. (2001). Evaluación de la integración social em acogimiento residencial. *Psicothema*, (pp. 197-204).
- Balsells, M. À., Pastor, C., Mateos, A., Vaquero, E., & Urrea, A. (2015). Exploring the needs of parents for achieving reunification: The views of foster children, birth family and social workers in Spain. *Children and Youth Services Review*, (pp. 159-166). <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0190740914004289>
- Bar-Nir, D., & Schmid, H. (1998). Psychosocial treatment and relations between children in residential boarding schools and their parents. *Child and Family Social Work*, (pp. 247–257). <https://doi.org/10.1046/j.1365-2206.1998.00077.x>
- Bass, S., Shields, M. K., & Behrman, R. E. (2004). Children, families, and foster care: Analysis and recommendations. *The Future of Children*, (pp. 4–29).
- Biglan, A., Brennan, P. A., Foster, S. L., & Holder, H. D. (2004). *Helping adolescents at risk: Prevention of multiple problem behaviors*. Guilford Press.
- Bravo, A., & Valle, J. F. D. (2009). Crisis y revisión del acogimiento residencial, su papel en la protección infantil. *Papeles del Psicólogo*, (pp. 42-52).

- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The Bioecological Model of Human Development. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.). *Handbook of Child Psychology: Theoretical Models of Human Development*. (pp. 793-828). John Wiley.
- Cancrini, L., Gregorio, F. & Nocerino, S. (1997). Las familias multiproblemáticas. In M. Colletti, J. & J. L. Linares (Eds.). *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática, la experiencia de la ciutat vella*. Paidós.
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2003). Inserção Ecológica na Comunidade: Uma Proposta Metodológica para o Estudo de Famílias em Situação de Risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, (pp. 515-524).
- Colman, P. K & Karraker, K. H. (2004). Parenting Self-Efficacy Among Mothers of School- Age Children: Conceptualization, Measurement, and Correlates. *Family Relations*, (pp. 13- 24).
- Damen, H., Veerman, J. W., Vermulst, A. A., Van Pagée, R., Nieuwhoff, R., & Scholte, R. H. J. (2019). Parental empowerment and child behavioural problems during youth care involvement. *Child & Family Social Work*, (pp. 467–476). <https://doi.org/10.1111/cfs.12626>
- Darlington, Y., Healy, K., Feeney, J. A. (2010). Challenges in implementing participatory practice in child protection: A contingency approach. *Children and Youth Services Review* (pp. 1020–1027). <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2010.03.030>
- Del Valle, J. F. & Zurita, J. F. (2000). El Acogimiento residencial en la protección a la infancia. Madrid: Pirámide. Department of Health (1998). *Caring for children away from home. Messages from research*. John Wiley and Sons.
- Del Valle, J. F., & Casas, F. (2002). Child residential care in the Spanish social protection system. *International Journal of Child and Family Welfare*. (pp. 112-128).
- Dumbrill, G. C. (2006). Parental experience of child protection intervention: A qualitative study. *Child Abuse & Neglect*, (pp. 27-37). <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2005.08.012>
- Dunst, C. J. (1995). *Key Characteristics and Features of Community-based Family Support Programs*. Family Resource Coalition.

- Dunst, C. J. (2002). Family-centered practices: birth through high school. *J Spec Educ*, (pp. 139-147).
- Dunst, C. J. & Trivette, C. M. (1996). Empowerment, effective helping practices and family-centered care. *Pediatric Nursing*, (pp. 334- 343).
- Ferreira, A. P. S. (2019). *Envolvimento Parental no Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens: Contributo para a Adaptação e Validação do Questionário "Parent Engagement Measure" para a População Portuguesa* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa].
- Gentles-Gibbs, N. (2016). Child Protection and Family Empowerment: Competing Rights or Accordant Goals?. *Child Care in Practice*, (pp. 386-400). <https://doi.org/10.1080/13575279.2016.1188760>
- Gibbs, N. G. (2016). Child Protection and Family Empowerment: Competing Rights or Accordant Goals. *Child Care in Practice*, (pp. 386-400). <https://doi.org/10.1080/13575279.2016.1188760>
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Texto Editores.
- Healy, K., Darlington, Y., Yellowlees, J. (2012). Family participation in child protection practice: An observational study of family group meetings. *Child & Family Social Work*, (pp. 1–12). <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2011.00767.x>
- Höjer, I. (2009). Birth parents' perception of sharing the care of their child with foster parents. *Vulnerable Children and Youth Studies*, (pp. 161–168). <https://doi.org/10.1080/17450120903012941>
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2023). *CASA – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social.
- Kruzich, J. M., Jivanjee, P., Robinson, A., & Friesen, B. J. (2003). Family caregivers' perceptions of barriers to and supports of participation in their children's out-of-home treatment. *Psychiatric Services*, (pp. 1513–1518). <https://doi.org/10.1176/appi.ps.54.11.1513>
- Landsman, M. J., Groza, V., Tyler, M., & Malone, K. (2001). Outcomes of family-centered residential treatment. *Child Welfare*, (pp. 351–379).

Lei n.º 147/99. Diário da República, I.ª Série - A, n.º 204 (1999-09-01) 6115-6132.

Lei nº 142/2015 de 8 de Setembro de 2015.

Liebenberg, L. (2020). Reconsidering interactive resilience processes in mental health: Implications for child and youth services. *Journal of Community Psychology*, (pp. 1–16). <https://doi.org/10.1002/jcop.22331>

Linares, J. L. (1997). Modelo sistémico e família multiproblemática. In J. M. Colletti, & J. Linares, *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia*. Paidós.

Little, M., Kohm, A., & Thompson, R. W. (2005). The impact of residential placement on child development: Research and policy implications. *International Journal of Social Welfare*, (pp. 200–209). <https://doi.org/10.1111/j.1468-2397.2005.00360.x>

Lugo-Gil, J. & Tamis-LeMonda, C. S. (2008). Family Resources and Parenting Quality: Links to Children's Cognitive Development Across the First 3 Years. *Child Development*, (pp. 1065-1085).

Magalhães, T. (2004). *Maus-tratos em crianças e jovens (3ª ed.)*. Quarteto Editora.

Magalhães, L., Silva, A. M. C., & Almeida, A. T. de. (2016). A mediação sociofamiliar no âmbito do acolhimento residencial. In A. M. C., Silva, M. L., Carvalho & L. R., Oliveira (Eds.), *Sustentabilidade da Mediação Social: Processos e Práticas* (pp. 119-128). CECS.

Martín, E., Torbay, Á., & Rodríguez, T. (2008). Cooperación familiar y vinculación del menor con la familia em los programas de acogimiento residencial. *Anales de Psicología*, (pp. 25- 32). <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16724104>

Muñoz, M. & Haz, A. (2007). Famílias Multiproblemáticas y em Riesgo Social: Características e Intervención. *Psykhe*, (pp. 43-54).

Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2011). Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses.

- Osterling, K. L. & Han, M. (2011). Reunification outcomes among Mexican immigrant families in the child welfare system. *Children and Youth Services Review*, (pp. 1658-1666). <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.04.020>
- Palareti, L., & Berti, C. (2010). Relational climate and effectiveness of residential care: Adolescent perspectives. *Journal of Prevention and Intervention in the Community*, (pp. 26–40). <https://doi.org/10.1080/10852350903393426>
- Prentice-Dunn, S., Wilson, D. R., & Lyman, R. D. (1981). Client factors related to outcome in a residential and day treatment program for children. *Journal of Clinical Child Psychology*, (pp. 188–191). <https://doi.org/10.1080/15374418109533047>
- Robst, J., Rohrer, L., Armstrong, M., Dollard, N., Sharrock, P., Batsche, C., et al. (2013). Family involvement and changes in child behavior during residential mental health treatment. *Child & Youth Care Forum*, (pp. 225–238). <https://doi.org/10.1007/s10566-013-9201-6>
- Rodrigues, S., & Barbosa-Ducharne, M. (2017). Acolhimento Residencial em Portugal: Tempo de encontrar respostas sem deixar de questionar. *Acolhimento juvenil no mundo: respostas sociais e estratégias terapêuticas fundadas na cultura*.
- Rodrigues, S., Ducharne, M. B., & Valle, J. F. D. (2013). La calidad del acogimiento residencial em Portugal y el ejemplo de la evolución española. *Papeles del Psicólogo*, (pp. 11-22).
- Schofield, G., Moldestad, B., Höjer, I., Ward, E., Skilbred, D., Young, J., Havik, T. (2011). Managing loss and a threatened identity: Experiences of parents of children growing up in foster care, the perspectives of their social workers and implications for practice. *British Journal of Social Work* (pp. 74–92). <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcq073>
- Simões, M. H. (2011). Crianças e jovens em perigo: Cuidado e responsabilidade no acolhimento institucional. In T. S. Pereira, & G. Oliveira (Coords.), *Cuidado e responsabilidade* (pp. 202-221). Editora Atlas.
- Smith, M., McKay, E., & Chakrabarti, M. (2004). What works for us—boys’ views of their experiences in a former List D school. *British Journal of Special Education*, (pp. 89–94).
- Sousa, L. (2005). *Famílias Multiproblemáticas*. Quarteto.

- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias pobres: desafios à intervenção social*. Climepsi.
- Sousa, L., Ribeiro, C., & Rodrigues, S. (2006). Are Practitioners Incorporating a Strengths-Focused Approach when Working with Multi-Problem Poor Families? *Journal of Community & Applied Social Psychology*, (pp. 53-66).
- Stage, S. A. (1998). Predicting adolescents' discharge status following residential treatment. *Residential Treatment for Children and Youth*, (pp. 37–56). [https://doi.org/10.1300/J007v16n03\\_03](https://doi.org/10.1300/J007v16n03_03)
- Steene, H. V., West, D., Glazemakers, I. (2018). Needs and preferences of parents of adolescents with multiple and complex needs in residential care. *Child & Family Social Work*, (pp. 693-700).
- Thomson, J., & Thorpe, R. (2016). The Importance of Parents in the Lives of Children in the Care System. *Special Edition of Children Australia Out of Home Care: The Research Agenda*, (pp. 25-31). <https://doi.org/10.1017/S1035077200005551>
- Whittaker, J. K. (1979). *Caring for troubled children*. CA: Josey-Bass.
- Williamson, E., & Gray, A. (2011). New roles for families in child welfare: Strategies for expanding family involvement beyond the case level. *Children and Youth Services Review*, (pp. 1212–1216). <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.02.013>
-

## **Anexos**

Anexo I – Ficha de caracterização da instituição



### Ficha de caracterização da instituição

1. Nome da CAR: \_\_\_\_\_

2. Região a que pertence a CA:

a. Norte	
b. Centro	
c. Lisboa, Santarém e Setúbal	
d. Alentejo	
e. Algarve	
f. Região Autónoma dos Açores	
g. Região Autónoma da Madeira	

3. Quantas vagas de acolhimento tem a CA? \_\_\_\_\_

4. Nº de Crianças/Jovens acolhidas no último ano:

a. Igual ou menos de 8	
b. 9-15	
c. 15-30	
d. Superior ou igual a 31	

5. Tipologias de perigo mais frequentes das Crianças/Jovens acolhidas na CA

a. Violência doméstica	
b. Negligência	
c. Comportamentos de perigo na infância e juventude	
d. Direito à educação	
e. Abuso	

f. Isolamento social	
g. Outros	

6. Idades prevalentes das Crianças/Jovens acolhidas

a. 0-2 anos	
b. 3-5 anos	
c. 6-10 anos	
d. 11-14 anos	
e. 15-17 anos	
f. 18-21 anos	
g. Maiores de 21 anos	

7. Número de elementos da equipa técnica: \_\_\_\_\_

8. Número de elementos da equipa educativa: \_\_\_\_\_

9. Número de elementos da equipa de apoio: \_\_\_\_\_

## Anexo II- Questionário sociodemográfico



## Consentimento informado

O Centro de Investigação em Desenvolvimento Humano (CEDH) da Universidade Católica Portuguesa do Porto acolhe um estudo designado “Envolvimento familiar em Acolhimento de Crianças e Jovens”. O objetivo deste estudo é compreender a visão das famílias relativamente ao seu envolvimento no processo de acolhimento do seu filho. A informação recolhida através do estudo será utilizada apenas em contexto de investigação e é anónima e confidencial. Em NENHUM MOMENTO a Casa de Acolhimento ou os respetivos técnicos serão informados das suas respostas.

Tomei conhecimento e aceito participar no presente estudo.

Sim \_\_\_\_\_

Não \_\_\_\_\_



- Em que Casa de Acolhimento se encontra(m) o(s) seu(s) filho(s)?
- 

- Qual o distrito em que se encontra a Casa de Acolhimento?

Aveiro	
Beja	
Braga	
Bragança	
Castelo Branco	
Coimbra	
Évora	
Faro	
Guarda	
Leiria	
Lisboa	
Portalegre	
Porto	
Santarém	
Setúbal	
Viana do Castelo	
Vila Real	
Viseu	



### Questionário Sociodemográfico

1. Sexo: Masculino  Feminino

2. Idade: \_\_\_\_\_ anos

3. Escolaridade:

4º ano  9º ano  Licenciatura

6º ano  Secundário  Outro: \_\_\_\_\_

4. Estado Civil:

Casado  Viúvo  Solteiro

Divorciado  União de Facto  Outro: \_\_\_\_\_

5. Situação atual de emprego:

Empregado  Desempregado

6. Com quem habita?

Marido/Mulher ou Companheiro/Companheira  Pais/Sogros

Filhos  Outros: \_\_\_\_\_

7. Número de filhos: \_\_\_\_\_ filhos

8. Relativamente ao(s) seu(s) filho(s) acolhidos nesta Casa de Acolhimento por favor indique:

Filho 1	Idade: _____	Sexo: Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/>	Há quanto tempo está acolhido <u>nesta</u> Casa de Acolhimento? _____ meses
Filho 2	Idade: _____	Sexo: Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/>	Há quanto tempo está acolhido <u>nesta</u> Casa de Acolhimento? _____ meses
Filho 3	Idade: _____	Sexo: Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/>	Há quanto tempo está acolhido <u>nesta</u> Casa de Acolhimento? _____ meses

9. Já teve contacto, no passado, com outra Casa de Acolhimento:

Sim  Não



CATÓLICA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
E PSICOLOGIA

---

PORTO

Anexo III- Questionário sobre o Envolvimento Parental em Acolhimento Residencial (Alpert & Britner, 2009; versão portuguesa, Ferreira, Negrão & Veiga, 2019)



## Questionário sobre o envolvimento parental em acolhimento residencial

(Alpert & Britner, 2009; Tradução Ana Ferreira)

Por favor, responda às questões abaixo pensando na sua experiência no contacto com ESTA Casa de Acolhimento e, concretamente, com os técnicos responsáveis pelo caso do(s) seu(s) filho(s), neste momento.

Não existem respostas certas nem erradas e o questionário é anónimo.

Por favor, responda às questões de forma o mais sincera possível, no fim, confirme se respondeu a todas as questões.

Selecione com um "X" a opção com a qual se identifica mais, sabendo que:

1= *Discordo totalmente;*

2= *Discordo bastante;*

3= *Discordo;*

4= *Concordo;*

5= *Concordo bastante;*

6= *Concordo totalmente*

	1 Discordo totalmente	2 Discordo bastante	3 Discordo	4 Concordo	5 Concordo bastante	6 Concordo totalmente
1. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho focam-se nos meus pontos fortes.						
2. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho fazem-me sentir uma parte importante da equipa.						
3. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho envolvem-me nas reuniões acerca do caso.						
4. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho desenvolvem um plano baseado nos meus objetivos pessoais.						
5. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho encorajam-me a partilhar o meu ponto de vista.						
6. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho valorizam o conhecimento que tenho acerca dele.						



	1 Discordo totalmente	2 Discordo bastante	3 Discordo	4 Concordo	5 Concordo bastante	6 Concordo totalmente
7. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho valorizam-me enquanto pessoa.						
8. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho importam-se com o seu possível regresso a casa.						
9. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho estão disponíveis quando preciso deles.						
10. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho ajudam-me quando lhes peço ajuda.						
11. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho ajudam-me a estar, com frequência, com ele.						
12. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho põem-me em contacto com os serviços que preciso.						
13. A minha opinião é tida em consideração na definição dos objetivos do caso do meu filho.						
14. Eu tenho controlo sobre o sucesso do processo de acolhimento residencial do meu filho.						
15. Eu sou envolvido/a nas decisões tomadas em relação ao caso do meu filho.						
16. Quando eu falo com os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho acerca da minha situação, sinto que eles me ouvem verdadeiramente.						
17. Eu sinto que a minha opinião é respeitada pelos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho.						
18. Eu sinto-me respeitado/a enquanto pai/mãe pelos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho.						
19. Eu confio nos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho.						
20. Eu tenho os apoios de que necessito para completar o meu plano com sucesso.						
21. Eu sinto-me próximo/a do meu filho que está acolhido.						
22. Eu posso contactar com os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho quando preciso de ajuda.						